

Caso de injúria é registrado em escola municipal de São Caetano

Caso de injúria é registrado em escola municipal de São Caetano

Mãe de aluno vítima de ofensa reivindica ensino de conteúdos antirracistas na rede de ensino pública; vereadora questiona Seduc sobre grade curricular

BEATRIZ MIRELLE
beatrizmirelle@cjgabc.com.br

O caso de injúria racial na Escola Municipal de São Caetano Ângelo Raphael Pellegrino, na Estrada das Lágrimas, ganhou repercussão nas últimas semanas após a empresária Patrícia Santos, 43, denunciar que um colega de classe questionou o filho dela, de 12 anos, se ele queria ser "seu escravo" e disse que o garoto deveria ser "seu pet". Nas redes sociais, a mãe reivindicou o ensino de conteúdos antirracistas nas unidades públicas. Diante dessa e outras denúncias na cidade, a vereadora Bruna Biondi (Pso) protocolou ofício na Seduc (Secretaria de Educação) de São Caetano sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas municipais. O prazo para resposta do governo do município é de 20 dias.

"No dia do ocorrido, o garoto perguntou: 'você não quer

ser meu escravo? Você deveria ser meu pet'. Na hora, meu filho disse ao colega que não tinha gostado do comentário. É uma fala extremamente racista, que remete a animalização de pessoas negras. É a terceira vez que meu filho passa por situações desse tipo nesta escola", lamentou Patrícia em entrevista ao **Diário**.

Assim que soube do caso, Patrícia foi até a unidade de ensino, onde se reuniu com a coordenadora e diretora. "Foram duas horas de conversa. Expliquei a necessidade de tratarmos sobre temas raciais. A diretora disse que eles já trabalham muitos temas, não dá para abordar 'isso' o tempo inteiro. Minha reivindicação era abordar de maneira interdiciplinar ao longo do ano. Sai muito chateada porque não vi nada acontecer na prática."

Segundo Patrícia, o menino envolvido na situação foi chamado pela direção e negou o caso. "Os pais refor-



OFENSA. Menino que disse frases racistas não recebeu advertência; família da vítima fez boletim de ocorrência

çam que o filho não falou nada. Inclusive, como registrei B.O. (Boletim de Ocorrência), disseram que se eu não tirasse a denúncia, eles me processariam por calúnia e difamação. Fui orientada pelos advogados da Comissão da Igualdade Racial da OAB (Ordem dos Advoga-

dos do Brasil) de São Caetano que o B.O. é uma forma de cobrar medidas da Prefeitura e da Seduc."

De acordo com a mãe da vítima, o aluno que fez o comentário não recebeu nenhum tipo de advertência. "Ficou a palavra do meu filho contra a do menino. Tive

uma reunião com representantes da Seduc, que disseram que São Caetano ainda tem que trabalhar outros conteúdos até chegar ao currículo antirracista."

No ofício protocolado em 28 de março, a vereadora Bruna Biondi questionou qual a dotação orçamentária

da Seduc para a implantação do ensino antirracista nas escolas da cidade, entre outras especificidades sobre a disponibilidade de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e indígena.

"Algumas mães de estudantes da rede pública de São Caetano entraram em contato com a gente para falar sobre casos de racismo nas escolas municipais. Se a Seduc tivesse condições de resolver, as denúncias não chegariam a um gabinete do legislativo. Sabemos de algumas unidades que fazem o trabalho de combate ao racismo, mas o questionamento para a secretaria é de que é recorrente são esses procedimentos e o que é feito para lidar com casos de preconceito em sala de aula", pontuou Bruna.

A Seduc tem até 20 dias para responder mediante LAI (Lei de Acesso à Informação). O prazo pode ser prorrogado por mais 10 dias desde que haja justificativa.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 1